

Neoway Tecnologia Integrada Assessoria e Negócios S.A.

Laudo de Avaliação do
Patrimônio Líquido Contábil
Apurado por Meio dos
Livros Contábeis

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

LAUDO DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL APURADO POR MEIO DOS LIVROS CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionista da
Neoway Tecnologia Integrada Assessoria e Negócios S.A.

Dados da firma de auditoria

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Avenida Dr. Chucri Zaidan, 1.240, Golden Tower - 4º ao 12º andares, bairro Vila São Francisco, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 49.928.567/0001-11, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2 SP 011609/O-8, aqui representada pelo seu sócio infra-assinado, Sr. Dario Ramos da Cunha, brasileiro, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.656.104-2/SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 134.501.248-97 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 1 SP 214144/O-1, residente e domiciliado em São Paulo - SP, com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pela Administração da Neoway Tecnologia Integrada Assessoria e Negócios S.A. ("Companhia") para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil em 30 de setembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

Objetivo da avaliação

A avaliação do patrimônio líquido contábil em 30 de setembro de 2024 da Neoway Tecnologia Integrada Assessoria e Negócios S.A. tem por objetivo suportar a sua incorporação pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Responsabilidade da Administração sobre as informações contábeis

A Administração da Neoway Tecnologia Integrada Assessoria e Negócios S.A. é responsável pela escrituração dos livros e preparação de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das práticas contábeis materiais adotadas pela Neoway Tecnologia Integrada Assessoria e Negócios S.A. está descrito no Anexo B do laudo de avaliação.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do auditor independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Neoway Tecnologia Integrada Assessoria e Negócios S.A. em 30 de setembro de 2024, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico nº 03/2014 (R1) - Laudo de Avaliação Emitido por Auditor Independente, que prevê o exame de auditoria para laudos de avaliação, e o CTG nº 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que também prevê a aplicação de procedimentos de exame de auditoria no balanço patrimonial. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Neoway Tecnologia Integrada Assessoria e Negócios S.A. de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Neoway Tecnologia Integrada Assessoria e Negócios S.A. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$60.635.568,04 (sessenta milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, quinhentos e sessenta e oito reais e quatro centavos), conforme o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo A, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Neoway Tecnologia Integrada Assessoria e Negócios S.A., avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 3 de dezembro de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

NEOWAY TECNOLOGIA INTEGRADA ASSESSORIA E NEGÓCIOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM DE 30 DE SETEMBRO DE 2024

(Em reais - R\$)

ATIVO	30/09/2024
Circulante	61.301.489,95
Caixa e equivalentes de caixa	14.027.344,41
Contas a receber	24.876.741,31
Partes relacionadas	7.415.234,69
Tributos a recuperar	1.498.598,89
Adiantamentos	2.386.884,59
Despesas antecipadas	2.671.551,84
Outras contas a receber	8.425.134,22
 Não Circulante	 94.527.753,60
Tributos diferidos ativo	63.545.447,27
Imobilizado	8.441.865,66
Intangível	22.540.440,67
 Total do Ativo	 <u>155.829.243,55</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/09/2024
Circulante	62.434.053,02
Fornecedores	8.810.113,48
Obrigações trabalhistas	42.247.846,39
Passivos de arrendamento	1.147.838,66
Obrigações fiscais	2.688.250,21
Outras contas a pagar	7.540.004,28
 Não Circulante	 32.759.622,49
Obrigações trabalhistas	28.743.679,05
Passivos de arrendamento	3.533.570,75
Provisão para contingências	477.119,91
Partes relacionadas	5.252,78
Total do Passivo	95.193.675,51
 Patrimônio Líquido	 60.635.568,04
 Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	 <u>155.829.243,55</u>

1. BASE DE PREPARAÇÃO

O balanço patrimonial foi elaborado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional") e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.2 Disponibilidade

Os saldos de disponibilidades para fins de demonstrações dos fluxos de caixa incluem dinheiro em espécie e depósitos bancários.

2.3 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos financeiros

A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o pronunciamento técnico CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme o pronunciamento técnico CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado ("VJR").

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.
- Instrumentos de dívida ao VJORA - Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- Instrumentos patrimoniais ao VJORA - Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado a menos que os dividendos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Sob o pronunciamento técnico CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, quando existente. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no pronunciamento técnico CPC 48).

Um ativo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Classificação e mensuração de passivos financeiros

Os passivos financeiros classificados como outros passivos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Não há passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

O método da taxa efetiva de juros é um método para calcular o custo amortizado de ativos ou passivos financeiros (ou grupo de ativos e passivos financeiros), e de alocar os rendimentos de juros ou despesas com juros durante o período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros de caixa estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, ao valor contábil do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é determinada com base no valor contábil do ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial.

A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas de crédito esperadas. A Companhia aplica a abordagem simplificada do pronunciamento técnico CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Ademais, a Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.5 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando houver. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear para alocação de custos, menos o valor residual, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e (despesas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.6 Intangível

(i) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

(ii) Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas de 20% ao ano.

2.6.1 “Impairment” em ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (“impairment”), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs), que são os segmentos operacionais.

Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por “impairment” na data do balanço.

2.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.8 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.9 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição, pela administração, do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

* * * * *

Neurotech Tecnologia da Informação S.A.

Laudo de Avaliação do
Patrimônio Líquido Contábil
Apurado por Meio dos
Livros Contábeis

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

LAUDO DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL APURADO POR MEIO DOS LIVROS CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionista da
Neurotech Tecnologia da Informação S.A.

Dados da firma de auditoria

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., sociedade estabelecida na cidade de São Paulo, na Avenida Dr. Chucris Zaidan, 1.240, Golden Tower - 4º ao 12º andares, bairro Vila São Francisco, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 49.928.567/0001-11, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2 SP 011609/O-8, aqui representada pelo seu sócio infra-assinado, Sr. Dario Ramos da Cunha, brasileiro, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.656.104-2/SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 134.501.248-97 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 1 SP 214144/O-1, residente e domiciliado em São Paulo - SP, com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pela Administração da Neurotech Tecnologia da Informação S.A. para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil em 30 de setembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

Objetivo da avaliação

A avaliação do patrimônio líquido contábil em 30 de setembro de 2024 da Neurotech Tecnologia da Informação S.A. ("Companhia") tem por objetivo suportar a sua incorporação pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Responsabilidade da Administração sobre as informações contábeis

A Administração da Neurotech Tecnologia da Informação S.A. é responsável pela escrituração dos livros e preparação de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das práticas contábeis materiais adotadas pela Neurotech Tecnologia da Informação S.A. está descrito no Anexo B do laudo de avaliação.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do auditor independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Neurotech Tecnologia da Informação S.A. em 30 de setembro de 2024, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico nº 03/2014 (R1) - Laudo de Avaliação Emitido por Auditor Independente, que prevê o exame de auditoria para laudos de avaliação, e o CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que também prevê a aplicação de procedimentos de exame de auditoria no balanço patrimonial. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Neurotech Tecnologia da Informação S.A. de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Neurotech Tecnologia da Informação S.A. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$46.721.670,45 (quarenta e seis milhões, setecentos e vinte e um mil, seiscentos e setenta reais e quarenta e cinco centavos), conforme o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024, registrado nos livros contábeis e resumido no Anexo A, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Neurotech Tecnologia da Informação S.A., avaliado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 3 de dezembro de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL DA NEUROTECH TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.
EM 30 DE SETEMBRO DE 2024

(Em reais)

ATIVO	30/09/2024	PASSIVO	30/09/2024
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	26.013,35	Fornecedores	8.372.748,72
Aplicações financeiras	27.215.977,94	Obrigações trabalhistas	21.600.436,75
Contas a receber	13.654.660,60	Obrigações fiscais	1.692.939,89
Partes relacionadas	919.782,02	Adiantamentos de clientes	2.279.756,25
Impostos a recuperar	7.690.737,04	Passivos de arrendamento	1.062.180,42
Outros créditos	1.550.176,48	Dividendos a pagar	100,01
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	51.057.347,43		35.008.162,04
		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		Provisão para riscos	1.361.029,51
Depósitos judicial	57.675,72	Partes Relacionadas a pagar	3.652.408,66
Tributos diferidos ativo	6.677.820,05	Passivos de arrendamento	2.374.428,89
Imobilizado	4.895.522,45		7.387.867,06
Intangível	26.429.333,90	TOTAL DO PASSIVO	42.396.029,10
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	38.060.352,12		
		Patrimônio líquido	
		Capital social	80.267.554,26
		Reserva de capital	112.578,69
		Reserva de lucros	13.298.434,26
		Prejuízos acumulados	(46.956.896,76)
		Total do patrimônio líquido	46.721.670,45
TOTAL DO ATIVO	89.117.699,55	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	89.117.699,55

* * * * *

1. Base de preparação

O balanço patrimonial foi elaborado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

2. Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis, aplicadas na preparação das informações contábeis, estão definidas abaixo.

2.1. Disponibilidades

Os saldos de disponibilidades para fins de demonstrações dos fluxos de caixa incluem dinheiro em espécie e depósitos bancários.

2.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação e mensuração de ativos financeiros

A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou valor justo por meio de resultado ("VJR").

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, e avaliados periodicamente para identificação e reconhecimento, quando aplicável, de provisão para perda ao valor recuperável. A receita, incluindo ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.

Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado a menos que os dividendos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Sob o CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:
 - É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
 - Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (“ORA”). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, quando existente. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48).

Um ativo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Classificação e mensuração de passivos financeiros

Os passivos financeiros classificados como outros passivos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Não há passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

O método da taxa efetiva de juros é um método para calcular o custo amortizado de ativos ou passivos financeiros (ou grupo de ativos e passivos financeiros), e de alocar os rendimentos de juros ou despesas com juros durante o período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros de caixa estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, ao valor contábil do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é determinada com base no valor contábil do ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial.

A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas de crédito esperadas. A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Ademais, a Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.4. Imobilizado

Estão registrados ao custo histórico de aquisição ou construção. Os ativos estão deduzidos de depreciação acumulada e das perdas por recuperação, quando aplicável.

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.5. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis com vida útil definida são submetidos a amortização, de acordo com sua vida útil estimada. Para as licenças de software adquiridas, sua vida útil varia entre três e dez anos, a depender de sua perspectiva de obsolescência. Para as bases de dados adquiridas, considera-se uma vida útil de dois anos, estimados também a partir de sua perspectiva de obsolescência.

Os gastos com desenvolvimento interno de softwares são registrados na medida em que se esperam que existam benefícios econômicos futuros à Companhia.

Quando aplicável, os ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.5.1. Pesquisa e desenvolvimento - Inovação

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir:

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou licenciamento.
- Há a intenção e capacidade da companhia de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo.
- Pode ser demonstrada a forma na qual o ativo intangível vai gerar benefícios econômicos futuros.
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis.
- A Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Os gastos capitalizados, quando os critérios acima descritos forem atendidos, incluem o custo com os serviços de terceiros que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos para venda ou intenção de concluir o ativo para usá-lo. A atividade da Companhia pressupõe o contínuo desenvolvimento, e neste contexto, estão em desenvolvimento projetos voltados em sua maioria para as novas dimensões de negócios da Companhia.

2.5.2. Amortização

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização do ativo inicia quando incorre o custo e a apuração do desenvolvimento do sistema ocorre anualmente. A vida útil dos ativos de desenvolvimento reflete o período de retorno financeiro de cada projeto. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

2.6. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.7. Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais.

2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um acontecimento passado, sendo provável a saída de recursos para liquidá-la. Sempre que a Companhia tem a expectativa de que parte ou toda provisão possa ser certamente reembolsada, o reembolso é reconhecido como um ativo separado. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando a taxa corrente que reflita, quando apropriado, os riscos específicos.

* * * * *